

Schmitz, Guilherme de Oliveira

Working Paper

A sociedade civil brasileira e a cooperação sul-sul para o desenvolvimento: O caso do Viva Rio no Haiti

Texto para Discussão, No. 2010

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Schmitz, Guilherme de Oliveira (2014) : A sociedade civil brasileira e a cooperação sul-sul para o desenvolvimento: O caso do Viva Rio no Haiti, Texto para Discussão, No. 2010, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/121685>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

2010

TEXTO PARA DISCUSSÃO

A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA E A COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DE CASO DA VIVA RIO NO HAITI

Guilherme de Oliveira Schmitz



2010

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Brasília, novembro de 2014

A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA E A COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO: O CASO DO VIVA RIO NO HAITI

Guilherme de Oliveira Schmitz¹

1. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea. O autor agradece as sugestões e críticas dos colegas da Dinte, isentando-os de quaisquer posteriores erros ou omissões.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Bueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Herton Ellery Araújo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete

Bernardo Abreu de Medeiros

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2014

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: F35; L31; K34

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO7

2 AS ONGS NO ESPAÇO PÚBLICO DO SUL GLOBAL:
A SOCIEDADE CIVIL GLOBAL DE MERCADOS EM DESENVOLVIMENTO.....8

3 O CASO VIVA RIO NO HAITI 18

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....29

REFERÊNCIAS35

SINOPSE

O objetivo deste trabalho é analisar alguns dos fatores que condicionam o processo de internacionalização das atividades da sociedade civil brasileira enquanto parceira para o desenvolvimento econômico e social de outros países, a partir da experiência da organização não governamental para o desenvolvimento (ONGD) brasileira Viva Rio no Haiti. Embora considerada uma experiência bem-sucedida, a ação internacional da Viva Rio enfrentou uma série de obstáculos para a ampliação de seu alcance, e não foi seguida por um movimento similar de outras ONGDs, não obstante o interesse do governo brasileiro e o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e de instituições dos países desenvolvidos. Ao resgatar as formas pelas quais o governo nacional, as organizações internacionais, as corporações transnacionais e as ONGs dos países do Norte interagem com as ONGs do Sul, evidencia-se que a atuação internacional da sociedade civil no país ainda é tímida, em função da incipiente internacionalização da própria sociedade e do governo brasileiro, não obstante os estímulos atualmente providos à ampliação dessa atuação.

Palavras-chave: política externa; potências emergentes; Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento; organização não governamental; sociedade civil global.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze some of the factors that influence the process of internationalization of Brazilian civil society as a partner for economic and social development in other countries, from the experience of the Non-Governmental Development Organization (NGDO) Viva Brazil Rio in Haiti. Although considered a successful experience, Viva Rio faced a number of obstacles in expanding its international reach, and was not yet followed by a similar movement from other Brazilian NGO's, despite support from the Brazilian government, the United Nations (UN) and other institutions from developed countries. By analyzing the ways by which the national government, international organizations, transnational corporations and NGDOs interact with Northern NGDOs of the global South, it becomes clear that the international capabilities of Brazilian NGDO's are still constrained due to the incipient internationalization of both Brazilian society and government.

Keywords: foreign policy; South-South Cooperation for Development; non-governmental organizations; global civil society.

1 INTRODUÇÃO

As organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGDs), nos últimos sessenta anos, definitivamente conquistaram seus espaços e reconhecimento como atores de apoio ao desenvolvimento. Podem-se citar inúmeras destas organizações que ganharam notoriedade diante da sociedade civil global, tais quais Oxfam,¹ Greenpeace,² ActionAid,³ entre outras. Apesar de suas diferentes abordagens perante o desafio do desenvolvimento, estas grandes organizações possuem em comum a característica de serem originárias de países desenvolvidos e atuarem na lógica da relação Norte-Sul. De fato, algumas ONGDs oriundas de países em desenvolvimento lograram mesmo avançar para uma atuação global, replicando em outros países as experiências bem-sucedidas em nível local, e assim contribuindo para a ampliação da cooperação internacional de suas nações de origem.

Em 2011, Busan, na Coreia do Sul, foi palco do IV Fórum de Alto Nível para a Efetividade da Ajuda. Milhares de agentes do desenvolvimento reuniram-se naquele que foi até então o maior encontro de representantes de governos, organizações da sociedade civil (OSCs) e doadores privados. O encontro foi uma comprovação do já observado incremento da participação das ONGDs no debate acerca dos aprimoramentos dos esforços para a conclusão das Metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs) até 2015.

Nesse contexto, a participação na área do desenvolvimento de atores além dos governos permanece ainda pouco explorada na literatura, limitando-se a menções sobre a atuação de entidades subnacionais, organizações não governamentais (ONGs) e empresas transnacionais, sem que haja a devida análise acerca dos interesses, dos desafios e das consequências da repercussão dessas ações em temas globais relacionados ao desenvolvimento (Turner, 1998; Willets, 2011).

1. A Oxfam é uma confederação composta por dezessete organizações não governamentais (ONGs) que trabalham conjuntamente para encontrar soluções para o problema da pobreza e da injustiça no mundo.

2. O Greenpeace é uma ONG de atuação global cujo objetivo é a defesa do meio ambiente.

3. O objetivo da ActionAid, ONG de atuação global, é erradicar a pobreza e a injustiça no mundo. Trabalha em parceria com as comunidades locais para garantir ao indivíduo acesso à alimentação, educação e infraestrutura urbana, bem como a igualdade entre homens e mulheres, raças e etnias.

O objetivo deste trabalho é analisar alguns dos fatores que condicionam o processo de internacionalização das atividades da sociedade civil brasileira enquanto parceira para o desenvolvimento econômico e social de outros países, a partir da experiência de uma ONGD brasileira, a Viva Rio, no Haiti. Assim, é possível avançar no sentido de identificar os atuais entraves à atuação internacional das ONGs brasileiras e as políticas necessárias para que estas instituições possam futuramente converter-se em elementos impulsionadores da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD).⁴

A escolha da Viva Rio como objeto deste estudo de caso justifica-se pela repercussão mundial dos projetos e das atividades realizadas por esta organização, bem como pelo reconhecimento do impacto relevante e positivo de sua participação enquanto agente da sociedade civil na Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (Brusky, Verspeelt e Stickings, 2005; Arias, 2006; ONU, 2010). A frequente citação desta ONG em relatórios internacionais ligados à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento facilita o exame mais próximo das implicações observáveis para a causa da internacionalização de um ator da sociedade civil brasileira, uma vez que torna sua experiência mais facilmente comparável com a de outras instituições similares atuante na área do desenvolvimento. Finalmente, a ampla divulgação de suas ações na mídia, no meio acadêmico e nos relatórios de organismos internacionais evidencia o caráter destacado da Viva Rio enquanto agente promotor da CSSD, o que justifica a análise de sua experiência como possível fonte de orientação para a disseminação de melhores práticas na cooperação internacional brasileira.

2 AS ONGS NO ESPAÇO PÚBLICO DO SUL GLOBAL: A SOCIEDADE CIVIL GLOBAL DE MERCADOS EM DESENVOLVIMENTO

A governança global não é mais apenas limitada à ação exclusiva dos governos nacionais. A crescente participação e influência de atores não estatais, como a sociedade civil e as corporações transnacionais, tem reformulado o multilateralismo por meio da criação

4. Em 30 de março de 2010, o escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) promoveu, em seu escritório de Brasília, uma oficina de trabalho acerca da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD) (Cepal, 2010). As questões sobre a sociedade civil na CSSD que orientaram os debates do dia também servem de pano de fundo para alguns dos temas discutidos neste estudo, sobretudo, no que diz respeito à capacidade das organizações da sociedade civil brasileira engajarem-se com efetividade nas atividades de cooperação internacional do país.

de novos espaços para a participação democrática em seus fóruns (Wapner, 2012). Na análise das relações internacionais, a crescente relevância das ONGs demonstra a fragilidade da concepção estadocêntrica na explicação de muitos dos fenômenos emergentes no campo da governança global. Ganha força a tese de ascensão de uma sociedade civil global (SCG), que congregaria múltiplos atores não governamentais organizados para influenciar o debate na arena multilateral, por meio do compartilhamento de visões e estratégias e da pressão política sobre os Estados (Turner, 1998).⁵

Partindo-se de uma análise focada na relação Estado-sociedade civil global, a importância da sociedade civil como agente de pressão para aprimoramento e efetivação de políticas públicas se dá por meio da persuasão e promoção da influência de valores públicos, bem como da constituição de normas sociais e leis. Assim, o papel da sociedade civil estaria centrado em ter participação ativa no desenho não apenas das políticas públicas imediatas, mas também dos parâmetros a longo prazo que definem a legitimidade da atuação do Estado. A motivação última destas instituições seria, pois, o interesse em revisar as próprias políticas de Estado e as agendas das organizações internacionais (Turner, 1998).

Caracterizadas pelo voluntarismo e pela ação política não violenta, as ONGs constituem exemplos legítimos de exercício da cidadania em nível nacional, e, portanto, podem configurar também um instrumento efetivo de influência dos indivíduos na ordem global (Turner, 1998). Assim, sua legitimidade não deriva do processo democrático clássico de decisão – tal como seria esperado para um Estado nacional –, mas da ação coletiva visando organizar interesses difusos em uma ordem global onde os conflitos (e suas soluções) frequentemente transcendem as fronteiras das nações.

Wapner (2012) aborda a questão da legitimidade da sociedade civil global de forma mais ampla, destacando também as críticas quanto à responsividade (*accountability*) das ONGs, bem como sua falta de autoridade e ausência de mecanismos formais de avaliação de sua governança. Nesse sentido, as ONGs poderiam ter sua legitimidade questionada enquanto partícipes da governança global, uma vez que são instituições

5. No entanto, Turner (1998) ressalta que a ideia de sociedade civil global (SCG), mesmo abrindo espaço para o papel internacional desempenhado pelas ONGs, não pretende substituir o sistema estadocêntrico como paradigma político predominante. Tampouco estes sistemas seriam mutuamente distintos e exclusivos, mas, de fato, complementares.

que não passam por um processo amplo de eleições, operam livres de um sistema padronizado de escrutínios e por vezes são usadas em benefício próprio de seus líderes. Além disso, pelo fato de a maioria das instituições organizadas da sociedade civil ser atualmente sediada em países do Norte global, alguns observadores as veem como promotoras da agenda de países industrializados (Wapner, 2012).

Portanto, o principal desafio hoje para a atuação da sociedade civil global é realizar um papel relevante na agenda internacional ao mesmo tempo em que se mostre capaz de aperfeiçoar sua própria governança interna e ampliar sua legitimidade política. Por isso, a transparência em suas atividades, a independência em relação aos governos e às empresas e a interação com outros atores políticos e econômicos da governança global constituem estratégias necessárias para o fortalecimento da sociedade civil enquanto partícipes na construção da agenda internacional de desenvolvimento.

2.1 Tipologia das organizações não governamentais

Korten (1990) alerta para o fato de que as ONGs não constituem um grupo homogêneo de instituições, podendo apresentar grande diversidade de estruturas, finalidades e estratégias de atuação. O autor as classifica em quatro modelos principais, a partir do alcance de suas finalidades e de seu escopo de atuação junto à sociedade.

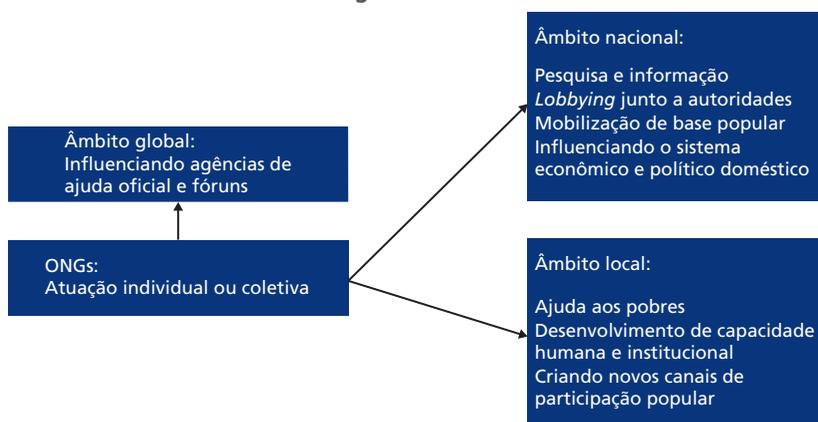
O primeiro modelo de ONGs estaria voltado a ajudar as pessoas em extrema necessidade, ou seja, dar alívio emergencial para cobrir as necessidades com alimentação, medicamentos, abrigo e outras necessidades básicas. O segundo modelo seria formado por organizações não tão focadas nas necessidades urgentes da população, mas, fundamentalmente, em ensinar as pessoas a se ajudarem a si próprias por meio de cursos, treinamentos e capacitação de curta duração. Estas ONGs, a exemplo do primeiro modelo, ainda trabalham em nível local, restringindo suas atividades a uma ou poucas vilas, favelas ou regiões comunitárias, um foco denominado pela literatura como *microatuação* (Korten, 1990).

O terceiro modelo de ONGs, contudo, pretende ir além da atuação local, convencido de que é necessária uma intervenção de larga escala para a solução do problema enfrentado. Nesse sentido, as instituições combinam uma atuação direta de auxílio no âmbito micro com outras iniciativas de médio e longo prazos no âmbito macro que

visam assegurar direitos e promover uma transformação definitiva da situação de grupos miseráveis e marginalizados.⁶ Finalmente, o quarto modelo de ONGs estaria envolvido com estratégias de âmbito não apenas nacional, mas também internacional, de modo que se dedica à articulação e mobilização de redes de instituições e movimentos populares – incluindo outras ONGs – para a promoção de uma agenda política global de comum interesse (Korten, 1990).

A figura 1 apresenta um resumo das várias dimensões de atuação das ONGs, bem como das principais atividades desempenhadas em cada um desses níveis.

FIGURA 1
ONGs: áreas de atividades e estratégias



Fonte: Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (1999).
Elaboração do autor.

Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (1999) também fazem uma diferenciação entre as organizações de *terceiros* e as que atuam por *causa própria*. Enquanto as primeiras seriam aquelas em que seus membros e apoiadores não se beneficiariam, a princípio, do trabalho das ONGs, as de *causa própria* trabalhariam essencialmente em nome de seus membros e apoiadores. Os autores fazem uma ressalva, no entanto, quanto ao fato de que mesmo os ativistas de organizações de terceiros frequentemente acabam por se beneficiar de alguma forma com o envolvimento no trabalho na ONG,

6. Uma característica comumente encontrada em ONGs do terceiro modelo dos países do Norte é a ênfase que dão ao desenvolvimento da capacidade humana de suas organizações parceiras no Sul global, para que estas possam posteriormente desenvolver por conta própria ações efetivas em prol dos grupos sociais mais fragilizados que são o alvo de sua intervenção. (Korten, 1990).

ao passo que os ativistas de organizações que atuam visando seus próprios interesses ainda assim costumam realizar mais atividades que aquelas pelas quais são remunerados, tanto indireta quanto diretamente.

Por sua vez, Dagnino (2011) lembra que a ideia de sociedade civil na América Latina tornou-se proeminente no vocabulário político no contexto de fragilidade da democracia. A sociedade civil, assim, emerge em um contexto pró-democracia em defesa das liberdades políticas e do fim da ditadura, bem como contra o autoritarismo. As organizações da sociedade civil contribuíram no processo social de transição de um regime autoritário para a redemocratização. Mais tarde, o sentido de sociedade civil foi modificado pela influência de partidos de direita e esquerda no subcontinente, o primeiro situando-a no reino do terceiro setor provedor de serviços e o segundo, como uma alternativa para uma democracia com mais participação da população. A sociedade civil na América Latina tem sido compreendida em um contexto de elevada desigualdade social, de sociedades políticas que historicamente não foram capazes de solucionar este problema – devido ao alto grau de heterogenia cultural, especialmente em países com uma grande população indígena, da predominância de um mercado informal e de pobreza endêmica – e sob uma faceta democrática caracterizada pela enorme distância entre as instituições políticas e a população.

Um conceito especialmente relevante para este estudo é o desenvolvido por Fowler (2011): as organizações não governamentais de desenvolvimento (non-governmental development organizations – NGDOs), dedicadas a promover o progresso econômico, social e político a longo prazo, os fatores utilizados para defini-las são: *i)* serem separadas em legitimidade e governança de instituições governamentais; *ii)* utilizarem a ajuda internacional como base de sua existência; *iii)* ganharem suportes diretos ou isenção tributária pública parcial, porque elas não são criadas para gerar riquezas para seus donos; *iv)* operarem em qualquer ou todos os âmbitos de organizações sociopolíticas, desde o individual, familiar e local até global; e *v)* não serem partidárias da política de seus fundadores.

Com *status* consultivo ou não na ONU, as ONGDs já se ocupavam com assuntos econômicos e sociais, mas com o advento da ajuda internacional ganharam o atributo adicional de terem sua atuação voltada, sobretudo, para o tema do

desenvolvimento. Estas instituições funcionam, pois, essencialmente como intermediárias entre os provedores de recursos e aqueles cujas necessidades justificam a sua existência.

A integração das ONGDs ao sistema oficial de ajuda acabou por colocá-las em consonância com as mudanças que ocorreram nele e com as narrativas dominantes que o acometeram. Com o fim de uma ideia única de modelo para o desenvolvimento dentro do próprio sistema oficial de ajuda e um deslocamento das atenções para as questões de promoção dos direitos humanos, de forma universal, as ONGDs adaptaram-se a estas novas realidades, adotaram abordagens relacionadas a estas questões, e reorientaram sua ação para um novo discurso de construção de sociedade civil (Veneklasen, 1994).

2.2 A interação de ONGs e governos: superposição ou complementaridade?

Para Ballón (1997), a sociedade civil global é um movimento que se define pela *negação* por parte dos agentes não estatais, buscando questionar, influir e resistir à globalização e à atuação das instituições multilaterais que dão sustentáculo ao sistema econômico internacional. Estas ONGs buscam responder ao *deficit* democrático e de participação na nova ordem mundial, tendo logrado maior ou menor êxito em sua tentativa de influir nas políticas globais de acordo com sua capacidade de mobilização em nível local e conservar independência em relação aos governos e mesmo a outras ONGs sediadas em países centrais.⁷

Ao contrário da análise de Ballón (1997), Buthë, Major e Mello e Souza (2012), por meio da observação de relatórios financeiros detalhados de parte significativa de ONGD estadunidenses, não encontraram evidência de que estas organizações priorizam os próprios interesses e as oportunidades de obter fundos quando alocam sua ajuda. Pelo contrário, as evidências apresentadas vão de encontro ao argumento de que a alocação da ajuda pelas ONGDs está profundamente enraizada no discurso humanitário advogado por estas organizações. A necessidade do beneficiário é substancialmente e

7. Ballón (1997) vê assim como prejudicial a ligação entre a sociedade civil global e os governos nacionais, pois a SCG perderia sua característica primordial que é o caráter paralelo à política de governo. Na perspectiva do autor, há também um importante embate entre as ONGs que possuem suas sedes nos países desenvolvidos e as nos países em desenvolvimento. Com aquelas definindo os conteúdos básicos das agendas políticas destas instituições, por meio de exportação de ideias para as instituições do Sul, visto que aquelas teriam mais vantagem comparativa em sua atuação, por seu acúmulo de experiência e maior capacidade financeira. Neste sentido, Ballón (1997) minimiza a existência de valores e ativismos em causas comuns e acentua o caráter diversificado da sociedade civil, o qual sofreria com progressiva flexibilização de posicionamentos acerca de planejamento, formulação e implementação de atividades, por meio do financiamento das ONGs do Sul pelas do Norte e a consequente divisão de trabalho que passa a definir esta relação.

estatisticamente o determinante mais significativo para a alocação da ajuda, ou seja, há a primazia dos valores éticos da ONGDs em detrimento dos interesses materiais.

2.3 A interação entre as Nações Unidas e a sociedade civil global: ganha-ganha na busca pela legitimação

Desde a fundação das Nações Unidas, em 1945, já estava prevista no aparato constitutivo da organização a participação da sociedade civil no processo decisório global. O Artigo 71 da carta institui o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) como a instituição responsável pela coordenação dos acordos com as ONGs, para atuação como consultor. A sinergia de trabalho entre as duas partes foi regulada novamente em 1968 e 1996, por meio de resoluções deliberativas do ECOSOC. Por fim, em 2004, em um processo de rediscussão da participação da sociedade civil global no âmbito da organização, o Relatório Cardoso, de 2004, intitulado *We are the peoples: civil society, the United Nations and global governance*, redefiniu o diálogo entre as Nações Unidas e a sociedade civil global, com o objetivo de aprimorar e atualizar a atuação conjunta de acordo com a nova realidade global.

Wapner (2012) trata da relação entre as Nações Unidas e a sociedade civil global e como esta interação pode transpor alguns problemas da governança global. O autor mostra, por meio da análise da carta das Nações Unidas, a dupla identidade da organização, que ao mesmo tempo que prega seu caráter decisório estadocêntrico, também clama ser a instituição representante do povo das Nações Unidas, ou seja, da coletividade humana. Desde a sua criação, as Nações Unidas têm tido o desafio de promover sua legitimidade e de acessar a sua autoridade, e, por consequência, a implementação de suas missões. Portanto, esta relação com a sociedade civil pode ser uma maneira de superar estas fragilidades institucionais das Nações Unidas, buscando novas formas de legitimação, fora de um contexto intergovernamental. Wapner (2012) aponta as tensões desta dupla natureza das Nações Unidas, visto que Estados – sejam democracias, sejam autocracias – possuem interesses delimitados em espaço geográfico e em período de curto prazo, que comumente contrastam com as soluções de longo prazo para dilemas que permeiam a administração dos bens públicos globais. A limitação que o estatismo impõe às Nações Unidas é um dos motivos pelo qual a organização se volta para a sociedade civil global.

Por parte da sociedade civil, a busca por mais credibilidade na implantação de seus trabalhos, no suporte e na autonomia administrativa e financeira em relação a gover-

nos pesa na racionalidade em se associar com a ONU. A sociedade civil é vista como um local onde as pessoas se aproximam, criam relacionamentos, desenvolvem identidades e trabalham conjuntamente em interesses comuns e por meio de uma solidariedade global. Uma instituição de associação voluntária. A sociedade civil global é reconhecida como atuante no papel de consultoria na ONU. Nesse sentido, reúne informações, oferece conselhos, educa Estados-membro, ajuda a rascunhar acordos, mobilizar governos e dá suporte cívico para as políticas das Nações Unidas, providencia dados de campos relevantes para operações da ONU e oferta o conhecimento especializado para a deliberação das Nações Unidas e a negociação interestatal. Realiza também papéis operacionais, ajudando na implementação de mandatos, além de oferecer suporte humanitário, desenvolvimentista e ambiental. As contribuições envolvem atividades como assistência eleitoral, alívio de fome, reconstrução pós-conflito, operação de desinstalação de minas e monitoramento de cumprimento de tratados. No caso de operações de campo em projetos de desenvolvimento e humanitários, as ONGs podem ser contratadas para atuar por meio de financiamento por orçamentos multilaterais.⁸

Assim, no intuito de a sociedade civil global desejar mudar e influenciar os assuntos e as deliberações internacionais, é plausível que ela veja as Nações Unidas como um parceiro primordial, tanto como uma arena em que Estados tomam suas decisões quanto como um espaço semiautônomo em que tecnocratas e secretariados realizam suas operações, com fundamento em conhecimentos técnicos e administrativos. A relação ONU-sociedade civil global, nesse sentido, segue a lógica da reciprocidade, em que a ONU deseja promover sua legitimidade organizacional e sua autoridade, bem como ter parceiros para realizar operações específicas; enquanto a sociedade civil global deseja abraçar sua própria legitimidade, fortalecer sua logística para atuações internacionais e oferecer sua *expertise* na entrega de serviços (Wapner, 2012).

8. Desligados de território e com jurisdição estabelecida – quando atuantes no âmbito internacional –, os grupos da sociedade civil parecem a primeira vista ser capazes de representar efetivamente os interesses da população local, sobretudo, em razão de sua desvinculação do aparato do Estado. No entanto, Wapner (2012) contrapõe o fato de não existirem representantes genuínos do povo pelo mundo, haja vista que tanto os Estados como a sociedade civil podem reivindicar este papel. Caracterizada como um reino de ações coletivas transnacional, a sociedade civil global é composta por ONGs, corpos científicos internacionais, grupos de ativistas políticos transnacionais, associações religiosas e outros clubes. Grupos que trabalham não apenas para modificar as políticas governamentais, mas também para mudar padrões de boa conduta, incentivos econômicos e entendimento cultural. As ONGs podem também influenciar a organização sem estar integradas ou ser reconhecidas pelo sistema ONU, por meio de treinamento de pessoal da ONU, de representantes de Estado e do público em geral sobre crises emergentes e outros problemas transnacionais. Também são bastante atuantes em *side events*, como conferências.

Willets (2011) analisa essa relação de ganha-ganha e de simbiose pelo ponto de vista das ONGs, por uma perspectiva da teoria construtivista das relações internacionais. Identificadas como agentes cruciais em formular e divulgar ideias, as ONGs exercem sua influência na política global por meio de pressão aos governos, no âmbito nacional ou mesmo nos mecanismos de governança global, como organizações com competência consultiva. Desta maneira, atuam na esfera da construção de valores e normas, em áreas como direitos humanos, paz, meio ambiente e desenvolvimento. Apesar de não possuírem os mesmos instrumentos de poder de um governo, as ONGs mitigam seu espaço por meio da persuasão de agentes, persuadindo-os a adotarem seus valores e suas normas.⁹

2.4 A interação intrassocietária global: competição, cooperação e coordenação entre as ONGs do Norte e do Sul global

O crescente aumento da parcela de recursos derivados de organizações oficiais de cooperação para as ONGs no Norte global tem aprofundado o processo de burocratização destas organizações, visto que delas são demandadas documentação específica para o recebimento dos recursos, como aplicações, contas e relatórios. Assim, elas precisam se adaptar a estas demandas formais, o que as faz perder o seu caráter administrativo mais flexível, apontado por alguns como uma vantagem operacional, bem como demonstram uma gradual perda de independência.

Existe também uma competição entre as ONGs do Norte e do Sul em termos de acesso aos recursos de doações oficiais. Para aquelas, as agências de cooperação oficial não deveriam repassar recursos diretamente a estas, tendo em vista que estas teriam deficiência em experiência de administração, monitoramento e avaliação de projetos destes recursos. Também seriam mais vulneráveis à influência dos doadores – e por isso estariam suscetíveis à disponibilidade de recursos – que das necessidades, e suscetíveis à manipulação de grupos políticos e de agências doadoras, bem como iriam preencher um vazio criado pelo enfraquecimento de um Estado em países em desenvolvimento.

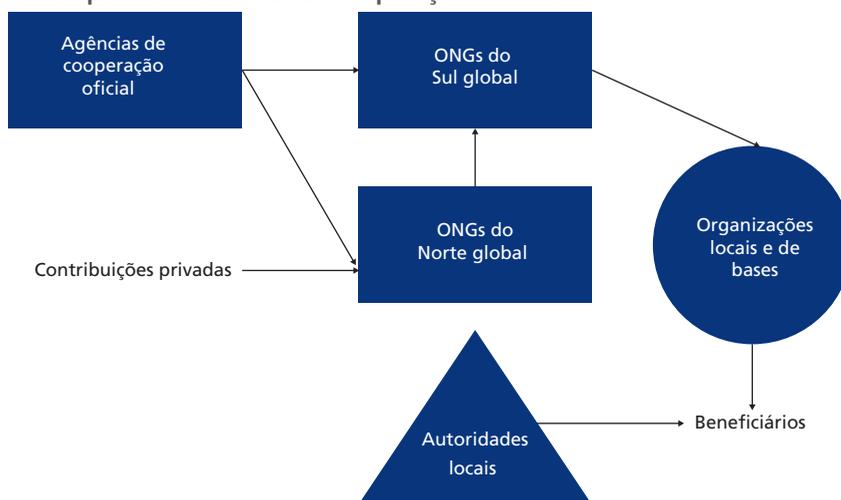
Não obstante às críticas, é importante notar que a independência política de uma ONG do Norte pode representar uma relação pobre com as autoridades e elites locais, e a excessiva centralização pode prejudicar o caráter horizontal e democrático dos processos

9. Ao defenderem posições e valores majoritariamente aceitos ou obterem credibilidade por meio de argumentos científicos, as organizações podem transitar com maior facilidade no jogo político de barganhas de um processo decisório. Esta miríade de possibilidades, portanto, permite que ativistas de ONGs, burocratas e tecnocráticas de organismos internacionais envidem esforços conjuntamente para pressionar governos a aceitar normas globais (Willets, 2011).

decisórios das ONGs do Sul, considerado uma de suas principais virtudes. Além disso, as deficiências institucionais das ONGs dos países em desenvolvimento não impedem que se possa desenvolver uma parceria bem-sucedida com aquelas dos países centrais, sobretudo quando centrada no compartilhamento de experiências, na integração em redes com outras instituições e na pluralidade de visões políticas.

A figura 2 ilustra o processo de formação de parcerias entre as ONGs de diferentes países e os veículos oficiais de cooperação internacional, para o direcionamento da ajuda ao público-alvo.

FIGURA 2
Escolha de parceiros e formas de cooperação entre as ONGs



Fonte: Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (1999).
Elaboração do autor.

Para Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (1999), o aumento da participação das ONGs nos projetos internacionais de desenvolvimento resulta não do maior volume de mobilização de recursos provenientes de indivíduos, mas do aumento do ceticismo, especialmente dos Estados Unidos, com governos de países pobres na capacidade de solucionar seus problemas. Além disso, os autores também enumeram as vantagens comparativas das ONGs em relação às organizações oficiais, conforme resumido a seguir.

1. Possuem uma forma de trabalho e organização mais flexível. São menos burocráticas e se adaptam melhor às condições locais de trabalho. Também reagem mais rápido quando as condições mudam.

2. Os funcionários das ONGs são mais motivados por princípios idealistas de beneficiar pessoas pobres do Sul que por seus próprios benefícios.
3. Dada a aproximada cooperação entre grupos locais, as ONGs são mais capazes de receber *insights* dos problemas e das possibilidades de solução por parte dos beneficiários. Elas estão mais propensas ao aprendizado junto aos parceiros e podem ser mais inventivas e experimentais.
4. Estão mais propensas a atuar em regiões remotas.
5. São mais indicadas para trabalhar em áreas de maior sensibilidade política, onde doadores oficiais precisam ser mais cautelosos, sobretudo junto a grupos marginalizados.
6. Comparadas às firmas dos setores comerciais privados, geralmente elas possuem um custo operacional mais competitivo, visto que utilizam, por vezes, o trabalho voluntário em suas atividades ou mesmo renumeram seus funcionários em valores mais competitivos.

Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (1999) afirmam ainda que o tamanho reduzido é uma vantagem para elas trabalharem em localidades inóspitas. Uma questão levantada é se as ONGs de terceira geração estariam perdendo suas vantagens comparativas quando passam a dar ênfase ao nível macro, ao terem suas finalidades sobrepostas a das agências oficiais e, portanto, a competir com estas, por meio de uma nova divisão de trabalho e pela obtenção de mão de obra.

3 O CASO VIVA RIO NO HAITI

A Viva Rio é uma organização não governamental fundada em 1993 por representantes de diversos setores da sociedade civil do Rio de Janeiro. O reconhecimento desta ONGD por seus trabalhos de pesquisa, atividade de campo e formulação de políticas públicas decorre de um processo de construção de uma imagem de responsabilidade e compromisso com as causas ligadas ao objetivo da cultura de paz e à inclusão social como resposta à crescente violência que assola o Rio de Janeiro.¹⁰

Com a visão institucional que preza por “uma sociedade que integre a segurança e direitos civis, justiça e liberdade, desenvolvimento e meio ambiente, modernidade e diversidade cultural”,¹¹ a Viva Rio trabalha em comunidades carentes expostas a uma

10. A Viva Rio obteve reconhecimento internacional por seu trabalho social para redução da violência junto às comunidades de morro do Rio de Janeiro, e, posteriormente, replicando essa experiência nas comunidades carentes do Haiti. Ver Arias (2006, p. 89-92), Bitencourt (2006, p. 1-6), Brusky, Verspeelt e Stickings (2005) e ONU (2010).

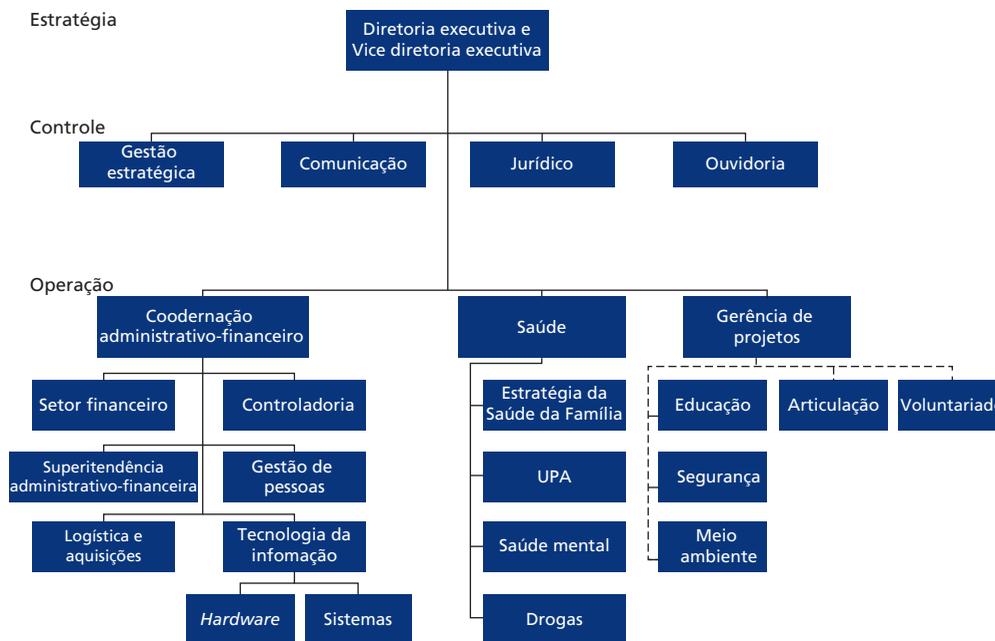
11. Disponível em: <<http://vivario.org.br/quem-somos-2/>>.

realidade de violência, por meio da aplicação de *soluções inovadoras* para problemas sociais e ambientais e da mediação de conflitos. Atualmente, além da sede no Rio de Janeiro, a organização possui filiais em Macaé e em Porto Príncipe, no Haiti.

Com efeito, ao longo de sua história, a Viva Rio consolidou uma estrutura administrativa bastante complexa. Foram importantes as modificações procedidas em sua estrutura institucional ao longo de sua trajetória, ao passo que ampliava suas áreas de atuação. A abertura da filial no Haiti, inclusive, obrigou, por lei, que esta estrutura se tornasse ainda mais complexa, sobretudo naquilo que tange ao financiamento dos projetos fora do país. A legislação nacional (Lei nº 9.790/1999) obriga que os recursos isentos de impostos sejam imperativamente gastos no Brasil. Daí a necessidade de que haja a separação em duas unidades administrativas da Viva Rio, sendo uma exclusiva para seus projetos nacionais e outra para as atividades no Haiti, com fontes distintas de financiamento.

A estrutura administrativa é sintetizada na figura 3.

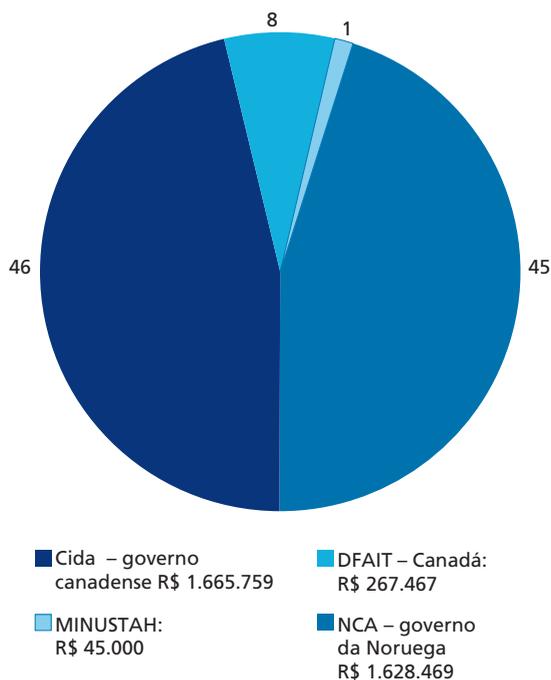
FIGURA 3
Estrutura organizacional da Viva Rio



Fonte: Viva Rio ([s.d.]).

Os principais financiadores das atividades da organização no Haiti foram, inicialmente, os governos canadense e norueguês, bem como o orçamento de ajuda oficial da Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH) (gráfico 1). Mais recentemente, os canadenses deixaram de figurar entre os parceiros da Viva Rio Haiti, restando apenas o governo da Noruega e a MINUSTAH como principais financiadores da entidade. Após o terremoto de 12 de janeiro de 2012, que causou quase 200 mil mortes no Haiti, a Viva Rio abriu uma conta bancária para arrecadar fundos emergenciais para aquele país, que levantou em uma semana cerca de R\$ 500 mil (ONG..., 2010). Este volume de recursos se aproximava do levantado por outras ONGs renomadas, como a Cruz Vermelha e a Care Brasil, ilustrando a relevância da participação da Viva Rio na rede de cooperação internacional atuante no Haiti.

GRÁFICO 1
Principais fontes de financiamento da Viva Rio no Haiti (até 2011)
(Em %)



Fonte: Viva Rio ([s.d.]).
Elaboração do autor.

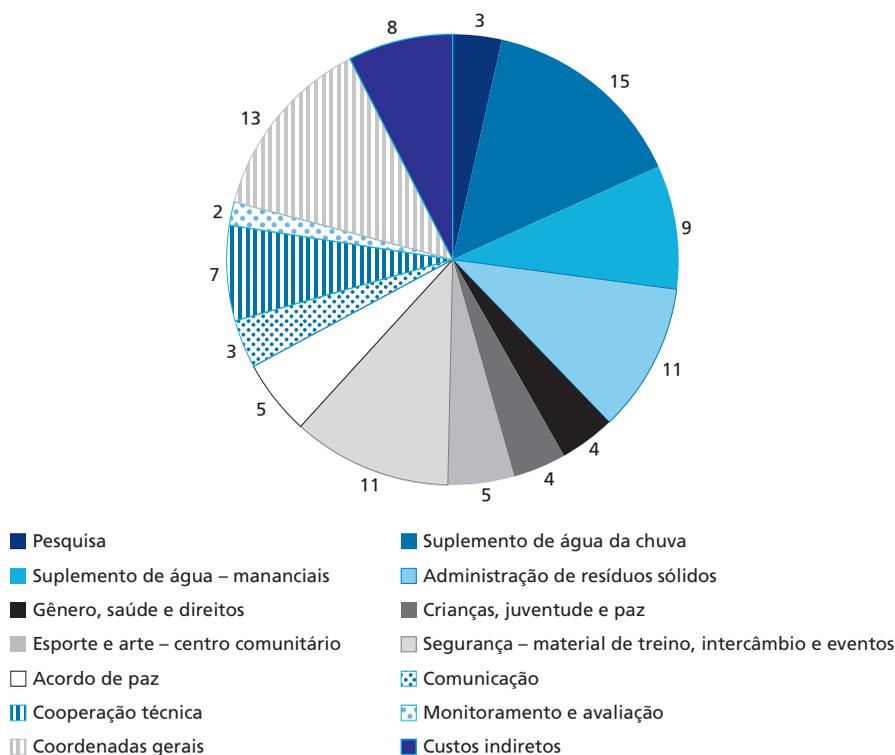
A internacionalização da Viva Rio implicou um processo de formalização das atividades da organização, no sentido de adequar e legitimar suas estratégias de captação de recursos internacionais (Brusky, Verspeelt e Stickings, 2005; ONU, 2010).

Destacam-se, nesse sentido, iniciativas como a elaboração de relatórios periódicos de atividades e de orçamento e o desenvolvimento e publicação de mecanismos de monitoramento e avaliação das atividades da instituição. A instrumentalização do sítio eletrônico da ONG em três línguas (português, inglês e francês) também marca a estratégia de divulgação das atividades da Viva Rio realizadas tanto no Brasil quanto no Haiti, ampliando sua legitimidade perante os parceiros internacionais e, assim, ampliando sua capacidade de atração de recursos e mobilização de redes de parceiros no Brasil e no exterior.

GRÁFICO 2

Investimento do Programa Viva Rio no Haiti por setor de trabalho.

(Em %)



Fonte: Viva Rio ([s.d.]).
Elaboração do autor.

Os relatórios apresentados pela Viva Rio demonstram a diversidade de áreas de atuação da ONG no Haiti, com destaque para ações ligadas à segurança pública e à reconstrução de infraestrutura básica para as populações mais carentes do país (gráfico 2). Nestes relatórios, pode-se notar a elevação dos custos administrativos da Viva Rio na

esteira do esforço de formalização de processos e profissionalização de seus quadros, que consomem uma parcela importante de seu orçamento. Por exemplo, em 2008 e 2009 os custos indiretos e de coordenação – que seriam equivalentes aos custos administrativos da entidade – alcançaram conjuntamente o valor de R\$ 753.034, equivalente a 22,5% do orçamento da Viva Rio Haiti para estes anos. Enquanto isso, o custo de divulgação – importante para difundir as ações da ONG para além da esfera local e, assim, ampliar os canais de doações e parcerias institucionais – alcançou 3,75% do orçamento em 2008 e 2009. A preocupação em desenvolver projetos cujos resultados possam ser adequadamente mensurados implica gastos também elevados em pesquisa, monitoramento e avaliação, que comprometeram aproximadamente 5,6% dos recursos no período. Ao todo, os gastos não referentes diretamente à realização de projetos sociais atingiram o valor de R\$ 1.604.971, quase um terço do orçamento da Viva Rio Haiti para os anos de 2008 e 2009 (tabela 1).

TABELA 1
Gastos da Viva Rio Haiti (2008-2009)

Setor	Despesa (R\$)
Pesquisa	126.251
Suplemento de água da chuva	531.260
Suplemento de água manancial	320.019
Administração de resíduos sólidos	386.631
Gênero, saúde e direitos	143.664
Crianças, juventude e paz	137.173
Esporte e arte – centro comunitário	170.646
Segurança – material de treino, intercâmbio e eventos	411.226
Acordo de paz	195.091
Comunicação	125.167
Cooperação técnica	246.014
Monitoramento e avaliação	60.519
Coordenadas gerais	482.242
Custos indiretos	270.792
Total	3.606.695

Fonte: Viva Rio (s.d.).
Elaboração do autor.

3.1 A Viva Rio no Haiti: triangulação societária e mediação social

O amadurecimento do trabalho da Viva Rio nas comunidades do Rio de Janeiro e a experiência obtida a credenciaram para expandir suas fronteiras de atuação, partindo para

uma atuação global (Brusky, Verspeelt e Stickings, 2005; ONU, 2010). O reconhecimento do trabalho da organização na cidade do Rio de Janeiro e a *expertise* adquirida em alguns temas relacionados à governança global alçaram-na ao patamar de entidade de caráter consultivo na ONU. A partir da participação dos dirigentes da Viva Rio no debate acerca do desarmamento e do combate às drogas no ECOSOC, a instituição foi convidada pelas Nações Unidas para atuar na reconstrução do Estado haitiano (ONU, 2010).

O estabelecimento da Viva Rio no Haiti data de 2006, com o apoio de organizações da sociedade civil da Noruega e do Canadá, e iniciou-se por meio de um trabalho de consultoria, que foi posteriormente ampliado para uma operação de maior alcance. Esta operação foi realizada em Porto Príncipe, nos bairros de Bel Air, Cité Soleil, Bom Repos e Arcaye, envolvendo atividades nos campos de saúde, educação, meio ambiente e segurança comunitária, os mesmos em que a entidade já atua no Rio de Janeiro (Brusky, Verspeelt e Stickings, 2005; Arias, 2006). Assim, a organização aproveita-se da *expertise* adquirida em sua atuação no Brasil para cooperar com a população haitiana. A Viva Rio no Haiti foca sua investida em ações de promoção social e de desenvolvimento, contribuindo assim para o esforço internacional que visa promover a estabilização do país.

Após três anos de atuação nos bairros de Porto Príncipe, em 2009 a Viva Rio Haiti foi reconhecida oficialmente pelo governo brasileiro como uma organização sem fins lucrativos atuante no Haiti (Moestue e Muggah, 2009). Atualmente, a entidade possui cinco unidades no Haiti que empregam majoritariamente mão de obra local. O número de colaboradores varia significativamente ao longo do tempo e está diretamente relacionado ao volume de recursos que a organização consegue captar. Após o terremoto, a equipe cresceu rapidamente, chegando ao número de 1.450 funcionários, dos quais 98% eram haitianos – atuando inclusive em áreas de gerência e coordenação. A partir de 2011, com o término de alguns contratos e a não renovação por parte de alguns doadores do Norte, sobretudo os canadenses, a organização precisou reduzir substancialmente sua equipe. Atualmente, as operações no Haiti mobilizam cerca de 250 funcionários, em sua maioria haitianos residentes de Bel Air. Além das limitações financeiras, Moestue e Muggah (2009) apontam outros obstáculos ao recrutamento e à capacitação da mão de obra haitiana para trabalhar nos projetos da Viva Rio Haiti. Em particular, em função da desconfiança em relação às atividades estrangeiras e do

receio de atuar em um dos bairros mais violentos de Porto Príncipe, as oportunidades de trabalho na Viva Rio não atraem interesse das classes mais altas e de maior nível de educação do Haiti, dificultando o preenchimento de postos de maior responsabilidade.

A equipe de colaboradores é bastante diversa: entre os funcionários contratados, há brasileiros, paquistaneses, estadunidenses, espanhóis e burundianos. A grande maioria dos profissionais da ONG é remunerada. Segundo o diretor da Viva Rio, Rubem César Fernandes, o trabalho voluntário vinha sendo bastante insatisfatório, sobretudo em decorrência da grande rotatividade dos agentes. As situações adversas no país, a falta de estrutura física e o alto índice de pobreza impossibilitam o voluntarismo na população local, enquanto o caráter intempestivo do trabalho de voluntários estrangeiros acaba por impedir o bom desempenho dos projetos a longo prazo. Assim, a viabilidade dos projetos da Viva Rio no Haiti implica comprometimento de longo prazo de seus agentes, sobretudo em função do custo de efetividade em alocá-los no país.

No que tange à cultura organizacional da Viva Rio no Haiti, Moestue e Muggah (2009) observaram que, apesar da transposição da organização para outra sociedade, a Viva Rio conseguiu replicar, em certo grau, a cultura organizacional de sua sede na filial. Isto se deve, sobretudo, ao padrão hierárquico específico da organização, centralizado na figura de um diretor comum a ambas as unidades administrativas. Embora elas apresentem estruturas e equipes distintas, com relatórios e orçamentos separados, os projetos de ambas as unidades devem obedecer aos mesmos procedimentos de elaboração, gerenciamento e avaliação, assegurando assim a homogeneidade de suas práticas administrativas.

Desde seu estabelecimento em Porto Príncipe, o trabalho da organização tem posto ênfase na promoção da segurança, da reconstrução e do desenvolvimento dos bairros em que atua. De fato, a Viva Rio estabeleceu-se inicialmente em Porto Príncipe com o objetivo de apoiar pontualmente as atividades de segurança comunitária conforme as diretrizes da MINUSTAH. Com o decorrer do processo e com o aprendizado obtido sobre a comunidade na qual estava inserida, a Viva Rio Haiti passou, em um segundo momento, a ter uma ação mais assertiva e independente na missão de paz, expandindo seu escopo de atuação e desenvolvendo projetos de maior alcance junto à população local (Moestue e Muggah, 2009; ONU, 2010).

Para Moestue e Muggah (2009), a partir de sua experiência nas favelas cariocas e, posteriormente, nas atividades desempenhadas junto à MINUSTAH, a Viva Rio foi capaz de diagnosticar alguns dos principais desafios à promoção da segurança e à efetivação das políticas públicas em Bel Air, apresentando então um tratamento consistente para estes problemas. Segundo os autores,

a Viva Rio identificou uma dinâmica comum entre as condições sociais e políticas em Porto Príncipe e aquelas encontradas no Rio de Janeiro, a partir de uma perspectiva sociológica. O modelo original para a intervenção se baseou explicitamente, portanto, na experiência da organização na renovação de favelas e cidades centrais (“favela bairro”). Especificamente, o modelo transposto buscou: *i*) criar ou renovar o relacionamento entre “a favela e o asfalto” (mobilidade); *ii*) fortalecer e adensar as linhas de comunicação entre agentes de fora e de dentro da favela; e *iii*) reabilitar as áreas comerciais e de crescimento em favelas. Por fim, o conceito buscava encorajar uma “valorização” maior das favelas, em lugar de transformação massiva, social e física (Moestue e Muggah, 2009, p. 32).

Instrumentalizando ações pautadas em pesquisas prévias, diálogo e interação contínua com a população-alvo, projetos, como o Depòte, Aocham Creole e Academia de Pérolas Negras (quadro 1), foram desenvolvidos mediante a observação de afinidades culturais entre as comunidades urbanas de baixa renda de Porto Príncipe e do Rio de Janeiro (Moestue e Muggah, 2009). No entanto, a comparação entre Bel Air e as comunidades cariocas ainda se mostra problemática em razão das diferentes realidades econômicas e políticas do Brasil e Haiti. Nesse sentido, os projetos da Viva Rio não poderiam ser transpostos de maneira similar de um ambiente ao outro, sendo necessário um esforço significativo de adaptação à realidade da sociedade beneficiada. O componente fixo e aglutinador das duas atuações – tanto no Brasil quanto no Haiti – deve ser baseado na solução para os problemas sociais com atividades que integrem e aprimorem, concomitantemente, aspectos de segurança e desenvolvimento da comunidade, com uma abordagem gradativa, porém, pautada por resultados.

Assim, a Viva Rio buscou no Haiti unir esforços de segurança e desenvolvimento em um programa integrado de projetos, cujas ações se complementam e se reforçam. As atividades da instituição se concentram em quatro grandes áreas temáticas: saúde, meio ambiente, educação e segurança comunitária. Os principais projetos desenvolvidos atualmente em cada uma dessas áreas são descritos no quadro 1.

QUADRO 1
Áreas de atuação e projetos e programas da Viva Rio no Haiti

Área de atuação	Projetos e programas
Saúde	Clínica médica: manutenção de seis médicos e dezoito enfermeiras, todos haitianos, que atendem a população local de Kay Nou. A clínica possui duas ambulâncias, doadas pelo governo brasileiro. Combate à cólera: estabelecimento de uma unidade de tratamento de cólera (UTC), com trinta leitos, e realização de campanhas de conscientização sobre a importância da higiene pessoal, em Kay Nou. Enfermeiras nas escolas: manutenção de enfermeiras em dezoito escolas haitianas, envolvidas em campanhas de conscientização da correta higiene pessoal e prestação de socorro aos alunos.
Meio ambiente	Água potável: coleta, tratamento e distribuição de água potável em escolas ou venda, a preço muito abaixo do mercado, para quiosques. Coleta e reciclagem de resíduos sólidos: realização da campanha de conscientização <i>Lixo não tem pé</i> e coleta de detritos. Manutenção de trinta equipes de garis e seis de limpadores de canais, além de dois caminhões de coleta de lixo e dois de entulho em Bel Air. Biodigestores: tratamento de esgoto por meio de cem biodigestores, que, sem utilizar produtos químicos, reduzem em até 70% o lodo e decompõe 85% das bactérias. O que resta é utilizado como adubo. O gás produzido pelos biodigestores é utilizado em cozinhas comunitárias ou de escolas próximas. Reflorestamento: manutenção de projeto de plantio de mudas de reflorestamento em Kay Nou.
Educação	Capoeira: exportação, diretamente das favelas do Rio de Janeiro, do projeto <i>Gingando pela Paz</i> para Bel Air, o qual atualmente ajuda quinhentas crianças e adolescentes vítimas da violência a redescobrir valores como respeito, responsabilidade e disciplina, com aulas de capoeira. Dança: manutenção do projeto Aocham Creole, com 220 alunos de 3 a 24 anos, o qual ajuda a resgatar a cultura haitiana e a autoestima da população. Atualmente, grupos de 32 adultos recebem formação profissional em dança e se apresentam no Haiti e no exterior. Atletas de alto rendimento: estabelecimento do projeto Academia Pérolas Negras, que visa estimular a integração social e a cidadania, e conta com setenta adolescentes de 12 a 17 anos – de ambos os sexos – que moram e treinam futebol na academia. Arte: execução do projeto Depôte, que atua na formação de duzentas crianças em diferentes áreas artísticas, como desenho, pintura, moda, drama e música. Atualmente, 23 recebem ajuda de custo para exercer seu talento.
Segurança comunitária	Brigada de Proteção Comunitária (BPC): manutenção da Brigada de Proteção Comunitária, que conta com 71 membros – entre homens e mulheres – atuantes nas ruas e vielas de Bel Air. Reintegração das crianças-soldados: execução do programa de reintegração da Viva Rio que proporciona atendimento médico e atividades psicossociais em Kay Nou para cinquenta crianças.

Fonte: Viva Rio (2008).
Elaboração do autor.

A atuação junto ao governo haitiano e aos dirigentes e contingentes da MINUSTAH situa ainda a Viva Rio em uma posição privilegiada para operar na mediação de conflitos entre diversos grupos atuantes em Porto Príncipe, elevando o nível de entendimento entre os estabilizadores. Isto porque, para realizar sua missão, a organização firmou diversas parcerias com entidades de naturezas distintas, como o contingente militar do MINUSTAH, entidades governamentais e representantes das comunidades locais. Uma vez que os interlocutores destas instituições anteriormente estavam distanciados entre si e não partilhavam da mesma visão estratégica, sua ação coletiva era prejudicada (Hardin, 1968; Wapner, 2012). Por meio de projetos conjuntos e da busca de uma atuação social mais ampla, a Viva Rio também auxilia no diálogo entre estes atores, fortalecendo assim a efetividade dessas iniciativas.

Observa-se ainda que as parcerias desenvolvidas com outras entidades também foram fundamentais para o processo de internacionalização da Viva Rio. Foi, por exemplo,

devido à participação dos dirigentes da Viva Rio em várias conferências da ONU e à criação de redes de relacionamento com especialistas vinculados a este organismo que se deu o convite para integrar a força de reconstrução da MINUSTAH. Esta interação com a comunidade internacional foi fortalecida ao longo do mandato no Haiti. Hodiernamente, a Viva Rio possui *status* consultivo do ECOSOC, onde atua sobretudo em temas relacionados ao desarmamento e combate às drogas.

Os bons resultados alcançados pelas ações da Viva Rio têm recebido destaque em relatórios internacionais sobre a efetividade da ajuda no Haiti. Destacam-se, nesse sentido, iniciativas como a *Tambour Lapé* (acordo de paz e loteria), o treinamento da MINUSTAH e da Polícia Nacional do Haiti (PNH), o recrutamento de mão de obra junto à comunidade local, a campanha intitulada *Bel Air Verde*, para plantio de árvores e criação de parques no bairro, e os esforços para trabalhar com *crianças-soldados* em perigo (Brusky, Verspeelt e Stickings, 2005; ONU, 2010).

Para Moestue e Muggah (2009), a *assinatura de acordos de paz* entre grupos locais rivais e o estímulo à sua reconciliação por meio de atividades comuns constituem algumas das práticas bem-sucedidas da Viva Rio, com impactos relevantes para a segurança pública. Somadas aos esforços das forças policiais e militares de pacificação, estas iniciativas têm produzidos resultados efetivos em termos de redução dos índices de criminalidade do Haiti. Por exemplo, foi observada uma queda significativa da taxa de homicídio no bairro de Bel Air, de 26 mortos por 100 mil habitantes, em 2006-2007, para dezessete mortos, em 2008-2009 (Fordelone, 2009). O quadro 2 ilustra as iniciativas de reconciliação entre grupos rivais realizadas pela instituição entre os anos de 2007 e 2009 e as principais dificuldades e soluções encontradas para a efetivação desses processos.

QUADRO 2
Acordos de paz da Viva Rio Haiti (2007-2009)

	Maio 2007	Maio 2008	Maio 2009
Beneficiários de incentivos	Criança da Escola <i>Rara</i>	Crianças da Escola <i>Rara</i> Líderes das comunidades jovens	Crianças da Escola <i>Rara</i> Líderes da comunidade Jovens Mulheres <i>Notáveis</i>
Número de quarteirões incluídos	4	5	6
Problemas encontrados	Os líderes da comunidade querem incentivos locais para manter a paz. Jovens excluídos e, em alguns casos, com mais dificuldade de se envolver	Mulheres e outros tipos de <i>líderes</i> excluídos até recentemente, apesar dos ajustes feitos	O número de casos pode exceder a capacidade da Viva Rio para administrar e financiar as loterias

(Continua)

(Continuação)

	Maio 2007	Maio 2008	Maio 2009
Mudanças feitas no projeto	-	Novos incentivos para os líderes de comunidade (loteria para motocicletas)	Mulheres e outros tipos de líderes inclusive (notáveis)
Novos projetos de segurança desenvolvidos para se somarem à estrutura	Reintegrando crianças-soldados	Concurso de <i>hip hop</i> para os jovens Campanha Bel Air Verde	-

Fonte: Moestue e Muggah (2009).

Contudo, o problema de segurança em Bel Air permanece de difícil solução, sobretudo após o terremoto de 2010, quando novamente foram observados eventos, como saques, homicídios e intimidação da população por parte de grupos armados. Segundo o relatório da Viva Rio (2011), o terremoto provocou grande retrocesso no processo de pacificação da comunidade de Bel Air, que resultou no pico de homicídios verificado em 2010 (tabela 2). Entre os motivos diagnosticados pela instituição para o agravamento da situação da segurança no país, encontram-se: *i*) o surgimento de jovens agressores que não haviam vivenciado os acordos de paz, e que por isso não seguiriam a liderança dos líderes tradicionais comunitários; *ii*) a prática comum de linchamentos de ladrões; *iii*) a execução sumária de suspeitos pela PNH; e *iv*) as repercussões do assassinato de duas mulheres na comunidade local. A ONG concluiu que os pactos prévios perderam a sua eficácia após o terremoto, e retomou seus esforços para promover uma nova reconciliação dos grupos rivais, em escala ainda mais ampliada que a anterior (Viva Rio, 2011). Em maio de 2011, 105 líderes comunitários assinaram um novo pacto de paz. Apesar do número recorde de assinantes, este acordo surtiu efeitos limitados no curto prazo; não obstante, a taxa de homicídios no bairro parece estar retornando aos níveis anteriores ao do desastre de 2010 (tabela 2).

TABELA 2
Taxa de homicídio em Bel Air (2006-2011)

Taxa por 100 mil habitantes	Ano
32	2006-2007
22	2007-2008
16	2008-2009
19	2009-2010
49	2010
19	Até setembro de 2011

Fonte: Viva Rio (s.d.).
Elaboração do autor.

Ainda no contexto da segurança pública, convém analisar mais detidamente a parceria da Viva Rio com os agentes de segurança da MINUSTAH e da PNH. Desde 2006, a organização vem promovendo o aperfeiçoamento da relação civil-militar por meio de treinamentos da PNH, visando diminuir o foco de tensão entre policiais e civis no Haiti. No contingente da MINUSTAH, a ONG brasileira estimula a aproximação entre os capacetes azuis e a população, por exemplo, ao encorajar aqueles a participar de eventos musicais e esportivos na comunidade. Esta filosofia de integração e aproximação entre civis e militares, que tem sido a marca da atuação da Viva Rio tanto no Haiti quanto no Brasil, pode ser considerada uma característica da abordagem Sul-Sul para a cooperação internacional, em que prevalece a transferência de *expertise*, boas práticas e tecnologia social, com vistas a atender uma demanda humanitária de características similares àquelas encontradas no próprio país doador (Brusky, Verspeelt e Stickings, 2005; Moestue e Muggah, 2009; Schmitz, Lima e Campos, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rápida notoriedade que a presença da Viva Rio no Haiti ganhou na mídia nacional e nos circuitos internacionais voltados à ajuda internacional demonstra a necessidade de estudar a sua prática e o seu processo de internacionalização, a fim de se compreender os fatores que implicaram o envolvimento da sociedade civil brasileira nas atividades de cooperação internacional para o desenvolvimento.

A conjuntura que favoreceu a internacionalização e a participação da Viva Rio no Haiti é, em linhas gerais, a mesma que permitiu o ressurgimento da CSSD como pauta da política externa brasileira: um ambiente político e econômico favorável a um maior protagonismo do Brasil na arena internacional. Um conjunto de fatores positivos alcançados em áreas como comércio, finanças e investimento, bem como os avanços dos indicadores sociais nos anos recentes, permitiram que tanto o governo brasileiro quanto a iniciativa privada do país pudessem construir novas alternativas para sua inserção internacional. Neste novo contexto de inserção global, a participação da sociedade civil brasileira aparentemente é ainda incipiente, entretanto, segue gradualmente o mesmo caminho dos atores oficiais e da iniciativa privada.

Os aspectos estruturais encontrados, por meio da análise do caso da Viva Rio no Haiti, para influenciar na conversão das OSCs em elementos impulsionadores da

CSSD são de natureza exógena – ou seja, independente das organizações –, endógena – ou seja, dependente da motivação e intenção das organizações – e endoexógena – que possui componente externo e interno às organizações.

Um fator exógeno de grande impacto para a atuação das OSCs na CSSD é a legislação nacional, que cria obstáculos à aplicação dos recursos doados às ONGs na medida em que exige que esses recursos sejam desembolsados integralmente no país, sob pena de se perder o benefício de isenção tributária. Principal fonte de recursos das ONGs, as doações privadas estão sujeitas no Brasil à regulação, de forma ampla e indireta, pelo Código Tributário Nacional (CTN) (Lei nº 5.172/1966), porém sua aplicação é de competência dos estados. Mais especificamente, o Imposto de Transmissão de Causas Mortis ou Doação (ITCMD) é um imposto estadual e cabe ao governo de cada estado,¹² sob o auspício da lei federal, regular e estabelecer alíquotas sobre a transmissão de heranças e as doações em vida. As alíquotas costumam variar conforme cada ente federativo, alcançando até 12% sobre o montante transmitido ou doado. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o valor da alíquota é de 4% sobre a base de cálculo.¹³

A aplicação dos recursos da sociedade civil em outro país – instrumento imprescindível para a atuação das OSCs na CSSD – acarretaria na perda do benefício da isenção tributária dessas doações e, conseqüentemente, comprometeria parcela significativa do orçamento das organizações. Ademais, a condição de aplicação dos recursos integralmente no Brasil também compromete o benefício de isenção tributária das ONGDs no que se refere a outros impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços destas organizações, incluindo as contribuições patronais para a seguridade social e o

12. Por ser um imposto de competência estadual, a sua abreviatura também pode variar em cada ente da Federação. Além de Imposto de Transmissão de Causas Mortis ou Doação (ITCMD), o imposto pode ser encontrado nas denominações ITD e ITCD, por exemplo.

13. O Código Tributário Nacional (CTN) restringe no escopo da lei a incidência do ITCMD e outros impostos, conforme o Artigo 9º, inciso IV, alínea c, a saber:

“Art. 9º. É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

IV – cobrar imposto sobre:

c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na seção II deste capítulo;

No Artigo 14 da mesma lei, o legislador qualificou os casos em incidiria a isenção tributária, em seu inciso II, a saber:

Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

II – aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais” (Brasil, 1966).

Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica (IRPJ). Assim, caso haja interesse do governo federal brasileiro em ampliar de forma significativa a atuação das OSCs na Cooperação Sul-Sul, será necessário buscar mecanismos que compensem os custos relacionados à tributação dos recursos aplicados por essas entidades no exterior, sem perder de vista as precauções quanto ao seu desvirtuamento para fins ilícitos como lavagem de dinheiro ou remessas ilegais ao exterior.

O fator endoexógeno relacionado à cultura nacional refere-se à própria cultura nacional de um país fechado para o mundo, em que apenas setores específicos historicamente possuem atuação global. Os anos de autoritarismo político da ditadura militar e, em parte, o processo desenvolvimentista voltado para dentro da estratégia de substituição de exportação criaram gerações de indivíduos com referências voltadas ao nacional. Por anos, as questões internacionais eram delegadas a uma elite de agentes de serviço exterior e a alguns poucos centros acadêmicos. O processo de globalização, entretanto, tem aos poucos alterado esta realidade, mas o nacionalismo e o autoritarismo continuam arraigados à cultura do país e, conseqüentemente, influenciam as organizações e os indivíduos que a integram. Este fator endoexógeno, de certa forma, correlaciona-se com o primeiro grupo de fatores endógenos encontrados, denominados neste estudo de indicadores de internacionalização da ONG.

No que diz respeito aos fatores endógenos que impediam que as OSCs se tornassem impulsionadores da CSSD no Brasil, é possível enumerar um número maior, os quais foram classificados em três grupos de indicadores, a saber: *i*) internacionalização; *ii*) capacidade física; e *iii*) reconhecimento.

A análise do processo de internacionalização da Viva Rio mostrou que a decisão de participar da arena internacional e de seus debates veio de seus dirigentes – um grupo de antropólogos, sociólogos, politólogos e cientistas sociais do Rio de Janeiro que, durante a ditadura militar, vivenciaram o exílio no exterior e lá tiveram contato com os debates sobre as temáticas da segurança e do desenvolvimento, sobretudo na Europa. A experiência internacional e o aprendizado pessoal destes dirigentes facilitaram a internacionalização da Viva Rio por duas razões principais. Primeiramente, pela aproximação com o exterior, proporcionada pela rede de contatos pessoais em países doadores tradicionais – que, de certa forma, também facilitou o levantamento de fundos para sua causa – e, secundamente, pela percepção construída entre os membros dirigentes

da Viva Rio da existência de uma aldeia global cada vez mais atuante em temas ligados aos problemas sociais nos países mais pobres.

Essas experiências levaram a Viva Rio a buscar sua crescente internacionalização, participando em grupos de trabalhos da ONU com temas em que possuía *expertise* no Brasil, a partir de sua interação prévia com as comunidades na periferia carioca, a exemplo dos projetos de desarmamento e combate às drogas. Estes componentes ilustram como um dos condicionantes da internacionalização das entidades da sociedade civil à sua potencialidade da organização de firmar parcerias e arrecadar recursos. A atuação da Viva Rio Haiti é quase integralmente patrocinada por doadores tradicionais, e também depende da existência de licenciamentos e contratos prévios para figurar como organização consultiva de organismos internacionais, especialmente a ONU.

Um segundo grupo de fatores a condicionar o processo de internacionalização das ONGs está relacionado aos indicadores de capacidade administrativa, isto é, às características físicas e gerenciais da organização que possibilitem sua atuação no exterior. No caso da Viva Rio, a organização passou a atuar na CSSD somente após treze anos de experiência no Brasil, onde a entidade teve a oportunidade de ampliar seu aprendizado com a expansão para novas filiais e áreas de atuação, implicando maior complexidade para sua estrutura organizacional. A maturidade da organização e de suas atividades, portanto, parece também ser um fator relevante para o sucesso da internacionalização da Viva Rio, não obstante o peso ainda elevado de seus custos administrativos, que indicam a necessidade de envidar maiores esforços na busca pela eficiência alocativa e melhor gerenciamento dos projetos. Outro fator também ligado à maturidade da organização é que, antes de abrir sua filial em Bel Air, a Viva Rio instalou uma filial em Macaé, no Rio de Janeiro. Assim, o aprendizado na administração para além de sua sede no território nacional é provavelmente um fator representativo para que uma ONG brasileira arrisque voos internacionais, com abertura de uma filial em outro país.

Outro fator a ser destacado neste segundo grupo é o seu tamanho da OSC, que inclui não apenas sua estrutura física, seus canais de financiamento e colaboradores diretos, mas também a rede de agentes e recursos externos que a instituição mobiliza e gerencia em suas atividades. Uma estrutura suficientemente grande envolvendo recursos humanos e físicos próprios e de parceiros constitui uma vantagem relevante do ponto de vista da capacidade organizacional para atuar em outro país, em razão, sobretudo,

da fragilidade institucional que caracteriza a realidade das nações receptoras de ajuda. Por fim, o investimento em tecnologias de comunicação também favoreceu a iniciativa internacional da Viva Rio, a exemplo do sítio eletrônico da organização, que permite a divulgação de relatórios das ações e de planos de trabalho e o compartilhamento de informações com seus parceiros, além de funcionar como meio global de captação de doações e recrutamento de voluntários.

Finalmente, o terceiro grupo de fatores que determina a capacidade de internacionalização das ONGs, denominado de indicadores de reconhecimento nacional, trata da qualidade do trabalho destas instituições e de seu reconhecimento pela mídia, sociedade civil e governo. O reconhecimento junto à mídia pode ser mensurado por meio das citações positivas nos diversos canais da imprensa e das premiações recebidas dos veículos da mídia, além da própria capacidade da instituição de trabalhar em parceria com estes veículos. Já a influência junto à sociedade civil deriva principalmente da capacidade de articulação e participação em redes com parceiros, colaboradores externos e outras instituições não governamentais voltados à execução de projetos comuns. Por fim, o reconhecimento de seu trabalho por parte de entidades governamentais pode ser identificado, por exemplo, mediante a participação em convênios administrativos e grupos de trabalhos que envolvem órgãos oficiais, além da capacidade de captação de recursos públicos destinados ao financiamento de projetos sociais. Todas estas características podem ser consideradas indicadores do sucesso da organização e oferecem a visibilidade necessária para que ela transponha a atuação local para o nível nacional e, posteriormente, internacional. No caso da Viva Rio, observa-se que a entidade foi particularmente bem-sucedida em seu esforço de articulação de redes envolvendo instituições de pesquisa, entidades oficiais do Brasil e também órgãos multilaterais no âmbito do sistema ONU, que favoreceram sua estratégia de inserção internacional ao viabilizarem sua operação no Haiti.

De forma sistemática, o quadro 3 resume as conclusões preliminares deste estudo acerca dos fatores condicionantes do processo de internacionalização das OSC no Brasil. O sinal positivo indica a presença da correlação entre o fator analisado e a participação da ONG na CSSD, enquanto o sinal negativo significa a ausência desta atuação internacional por parte da instituição; por sua vez, a ausência de sinal implica indeterminação quanto aos efeitos do indicador.

QUADRO 3
Fatores endógenos para atuação de OSC na CSSD

Grupos	Fatores	Descrição	Sinal Esperado
Indicadores de internacionalização	Vínculo internacional	A ONG possui vínculo com entidade internacional ou atuação no exterior	+
	Intensidade Internacionalização	Porcentagem da receita da ONG utilizada na filial internacional	
	Capital estrangeiro	ONG com mais de 50% de capital estrangeiro	+
	ONU licenciada	ONG é creditada pela ONU	+
Indicadores de capacidade administrativa	Inclusão digital	ONG possui sítio eletrônico	+
	Idade	> 10 anos	+
	Filiais	A ONG possui filiais nacionais	+
	Pequena ONG	ONG com 0-24 colaboradores	-
	Média ONG	ONG com 25-99 colaboradores	-
	Grande ONG	ONG com mais de 100 colaboradores	+
Indicadores de reconhecimento da atuação nacional	Qualidade	ONG possui prêmios de reconhecimento	+
	Apoio governo	ONG possui apoio do governo para sua internacionalização	+
		ONG possui convênio administrativo firmado	+

Fonte e elaboração do autor.

Por fim, é preciso ressaltar que esta classificação é provisória e assentada sobre fatores hipotéticos, que necessitam ser validados por meio da análise de outros casos. A utilização do método indutivo neste trabalho, ao mesmo tempo em que proporciona gerar hipóteses, também possui muitas limitações do ponto de vista metodológico. Entre as quais, se destacam a propensão a estereotipar características do fenômeno analisado e gerar inferências incorretas baseadas em uma visão seletiva e parcial por parte do autor. Os fatores aqui identificados como elementos relevantes para caracterizar a capacidade de uma OSC se engajar em atividades de cooperação internacional podem ser confirmados ou refutados mediante a análise de outros casos de instituições brasileiras que buscaram esta estratégia, e novos fatores não abordados neste estudo também podem emergir destas pesquisas. Sugere-se, à guisa de agendas futuras de pesquisa sobre os condicionantes da internacionalização das OSC brasileiras, o estudo de casos como o da atuação do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) no Congo e na Indonésia e do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) na África Subsaariana, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ARIAS, E. D. **Drugs and democracy in Rio de Janeiro**: trafficking, social networks, and public security. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.
- BALLÓN, E. ONGs, sociedad civil y desarrollo. **Los desafíos de la cooperación**. Lima, p. 35-61, 1997.
- BITENCOURT, L. Defining Brazil's security agenda: from favelas to the United Nations. **Creating community**, n. 23, ago. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/C8qh5l>>.
- BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília: Congresso Nacional, 1966. Disponível em: <<http://goo.gl/LhNCRF>>.
- BRUSKY, B.; VERSPEELT, H.; STICKINGS, J. **Evaluation of Viva Rio Projects**: security and development – actions at local and regional levels, funded by DFID, and human security partnerships with the third sector – learning from and multiplying local experiences, funded by UNDP. [s.l.]: UNDP; DFID, jun. 2005. (United Nations Development Programme). Disponível em: <<http://goo.gl/UoqPYn>>.
- BUTHË, T.; MAJOR, S.; MELLO E SOUZA, A. The politics of private foreign aid: humanitarian principles, economic development objectives, and organizational interests in the allocation of private aid by NGOs. **International organization**, v. 66, n. 4, p. 571-607, out. 2012.
- CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Workshop Cepal**: cooperação Sul-Sul – ajuda à memória. Brasília: Cepal, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/H06ywt>>.
- DAGNINO, E. Civil society in Latin America. *In*: EDWARDS, M. (Ed.). **The Oxford handbook of civil society**. New York: Oxford University Press, 2011. p. 122-133.
- DEGNBOL-MARTINUSSEN, J.; ENGERBERG-PEDERSEN, P. **Aid**: understanding international development cooperation. Copenhagen: Zed Book, 1999.
- FORDELONE, T. Y. **Triangular co-operation and aid effectiveness**. *In*: POLÍCY DIALOGUE ON DEVELOPMENT CO-OPERATION. México, 28-29 set. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/WvuaYj>>.
- FOWLER, A. Development NGOs. *In*: EDWARDS, M. (Ed.). **The Oxford handbook of civil society**. New York: Oxford University Press, 2011. p. 42-54.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. 3.859, p. 1.243-1.248, 1968.
- KORTEN, D. **Getting to the 21st century**: voluntary action and the global agenda. West Hartford: Kumarian Press, 1990.

MOESTUE, H.; MUGGAH R. **Integração social ergo, estabilização**: avaliando o programa de segurança e desenvolvimento da Viva Rio em Porto Príncipe. Rio de Janeiro: Viva Rio, 2009.

ONG Viva Rio, que possui sede no Haiti, abre conta para doações. **Uol notícias**, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/MCTfXC>>.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. São Francisco: ONU, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/oMoeI0>>.

SCHMITZ, G. O.; LIMA, J. B. B.; CAMPOS, R. P. Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: primeiro levantamento de recursos investidos pelo governo federal. **Boletim de economia e política internacional**, Brasília, n. 3, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/fgpG8l>>.

TURNER, S. Global civil society, anarchy and governance: assessing an emerging paradigm. **Journal of peace research**, v. 35, n. 1, p. 25-42, jan. 1998.

UNITED NATIONS. **Task team on South-South co-operation**: South-South cooperation in the context of aid effectiveness. Executive Summary. United Nations Task Team on South-South Cooperation, Paris, mar. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/9tmWkU>>.

VENEKLASEN, T. **Building civil society**: the role of development NGOs. Washington: InterAction, 1994. (Concept Paper, n. 1).

VIVA RIO. **The results-oriented logical framework**. Rio de Janeiro, 8 maio 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/0j0Xoy>>.

_____. **Onè respé for Haiti recovery**: security and development at local level. Rio de Janeiro: abr./set., 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/H9f5ft>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. **Comprehensive development in Bel Air**: financial report 2008-2009. Rio de Janeiro, [s.d.]a. Disponível em: <<http://goo.gl/1Vg0JV>>.

_____. **Tabela de resultados do Projeto Viva Rio no Haiti**. Rio de Janeiro, [s.d.]b. Disponível em: <<http://goo.gl/ALgfHl>>.

WAPNER, P. Civil society. *In*: WEISS, T. G.; DAWS, S. **The Oxford handbook on the United Nations**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

WILLETS, P. The role of NGOs in global governance. **World politics review**, set. 2011. Edição *on-line*. Disponível em: <<http://goo.gl/QYC62G>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEALL, J.; GOODFELLOW, T.; PUTZEL, J. Introductory article: on the discourse of terrorism, security and development. **Journal of international development**, v. 1, n. 18, p. 51-67, 2006.

CARBONNIER, G. **International Committee of the Red Cross 2001**, dez. 2011, p. 947-968. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/S1560775500183488>>. Publicada *on-line*: 27 April 2010.

FOMERAND, J.; DIJKZEUL, D. Coordinating economic and social affairs. *In*: WEISS, T. G.; DAWS, S. **The Oxford handbook on the United Nations**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **The drug problem in the Americas: studies – drugs and security**. Washington: CICAD, 20 maio 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/zqjtNR>>.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Ângela Pereira Silva de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laetícia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Barbara Pimentel (estagiária)

Jessyka Mendes de Carvalho Vásquez (estagiária)

Karen Aparecida Rosa (estagiária)

Tauânara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Buenos

The manuscripts in languages other than Portuguese

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m² (miolo)
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

